



**Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)**

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 3

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P964	Produção científica e experiências exitosas na educação brasileira 3 [recurso eletrônico] / Organizadores Keyla Christina Almeida Portela, Alexandre José Schumacher. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-553-2 DOI 10.22533/at.ed.532192108 1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Portela, Keyla Christina Almeida. II. Schumacher, Alexandre José. III. Série. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os e-books intitulados “**Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira**” apresentam 6 volumes baseados em trabalhos e pesquisas multidisciplinares de diversos estudiosos da educação. A produção científica corrobora para o conhecimento produzido e difundido, além de fazer um papel de diálogo entre os pesquisadores e o meio científico.

Estas pesquisas têm como base os estudos multidisciplinares, que apresentam desafios em seu mapeamento, pois envolvem pesquisadores com distintas áreas de atuação. Diante desse cenário, a Atena Editora aglutinou em seis volumes uma grande diversidade acadêmico científica com vistas a uma maior contribuição multidisciplinar.

No primeiro volume encontramos trabalhos relacionados as vivências, práticas pedagógicas, desafios profissionais, formação continuada, bem como propostas de novas técnicas diante do cotidiano dos pesquisadores.

No segundo volume nos deparamos com estudos realizados no âmbito da educação especial, bullying, educação inclusiva e direitos humanos, bem como com políticas educacionais. Neste capítulo, buscou-se apresentar pesquisas que demonstrem aos leitores as experiências e estudos que os pesquisadores desenvolveram sobre os direitos e experiências educacionais.

No terceiro volume temos como temas: as tecnologias e mídias digitais, recursos audiovisuais, formação de jovens e adultos, currículo escolar, avaliação da educação, mudança epistemológica e o pensamento complexo. Neste volume, é perceptível o envolvimento dos pesquisadores em mostrar as diferenças de se ensinar por meio da tecnologia, e, também, com visão não reducionista, ou seja, o ensinar recorrendo a uma rede de ações, interações e incertezas enfrentando a diversidade humana e cultural.

No quarto volume, encontra-se diferentes perspectivas e problematização em relação as políticas públicas, projetos educativos, projetos de investigação, o repensar da prática docente e o processo de ensino aprendizagem. Os artigos aqui reunidos exploram questões sobre a educação básica abordando elementos da formação na contemporaneidade.

No quinto volume, apresenta-se pesquisas baseadas em reflexões, métodos específicos, conceitos e novas técnicas educacionais visando demonstrar aos leitores contribuições para a formação dos professores e as rupturas paradigmáticas resultante das experiências dos autores.

Para finalizar, o sexto volume, traz relatos de experiências e análises de grupos específicos visando demonstrar aos leitores vários estudos realizados em diversas áreas do conhecimento, sendo que cada um representa as experiências dos autores diante de contextos cotidianos das práticas educacionais sob diferentes prospecções.

À todos os pesquisadores participantes, fica nossos agradecimentos pela

contribuição dos novos conhecimentos. E esperamos que estes e-books sirvam de leitura para promover novos questionamentos no núcleo central das organizações educacionais em prol de uma educação de qualidade.

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A INSERÇÃO DA INFORMÁTICA NA FORMAÇÃO DE CURSOS DE LICENCIATURA NO SERTÃO PARAIBANO	
Vitor Abílio Sobral Dias Afonso Lilian Maria Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.5321921081	
CAPÍTULO 2	14
A IOT NAS BASES TECNOLÓGICAS: OPORTUNIDADES DE EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS A JOVENS E ADULTOS	
Romeu Afecto Jane Cardote Tavares Adriana Aparecida de Lima Terçariol	
DOI 10.22533/at.ed.5321921082	
CAPÍTULO 3	25
A PRÁTICA EDUCATIVO-PROGRESSIVA AUTÔNOMA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE PEDAGÓGICA NO ENSINO DA DISCIPLINA CONTABILIDADE GERAL E DE CUSTOS	
Alexandre César Batista da Silva Umbelina Cravo Teixeira Lagioia Elyrouse Cavalcante de Oliveira Francivaldo dos Santos Albuquerque Maria do Socorro Coelho Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.5321921083	
CAPÍTULO 4	37
AVALIAÇÃO CONTÍNUA DA APRENDIZAGEM COMO INDICADOR DA QUALIDADE EDUCACIONAL	
Ubaldo de Jesus Fonseca Mário Marcos Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.5321921084	
CAPÍTULO 5	49
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUAS AGRURAS NO ATUAL CONTEXTO EDUCACIONAL	
Ivete Janice de Oliveira Brotto Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes Rosane Toebe Zen Tatiana Marchetti	
DOI 10.22533/at.ed.5321921085	
CAPÍTULO 6	60
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO – UMA TRAMA EM PERMANENTE CONSTRUÇÃO	
Luciana Cordeiro Limeira	
DOI 10.22533/at.ed.5321921086	

CAPÍTULO 7	74
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: IMPLICAÇÕES NO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA- SAEB	
Mirian Souza da Silva Cleudilanda Paula Pimenta Maria Dulciléa Bezerra Chaves	
DOI 10.22533/at.ed.5321921087	
CAPÍTULO 8	86
BASES TEÓRICAS DA INFORMÁTICA EDUCATIVA NA ESCOLA BÁSICA	
Cinthya Maduro de Lima Dinair Leal da Hora	
DOI 10.22533/at.ed.5321921088	
CAPÍTULO 9	98
CIDADANIA PLANETÁRIA: UM ESTUDO DE CASO NO SISTEMA DE EDUCAÇÃO DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS DO ESTADO DO CEARÁ	
Ana Cláudia Farias Gomes Brena Samyly Sampaio de Paula Nery Lourdes Braz de Sousa Renata Faustino dos Santos Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.5321921089	
CAPÍTULO 10	105
CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS ESTRATÉGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Angélica Tommasini Luciane Inocente Ana Sara Castaman	
DOI 10.22533/at.ed.53219210810	
CAPÍTULO 11	115
CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS À CRÍTICA AO PARADIGMA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	
Rodrigo Simão Camacho Bernardo Mançano Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.53219210811	
CAPÍTULO 12	137
CURRÍCULO ESCOLAR FREIREANO: POSSIBILIDADE DE AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL NEGRA	
Ana D'Arc Martins de Azevedo Ivanilde Apoluceno de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.53219210812	
CAPÍTULO 13	149
DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE: ENFRENTAMENTOS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES	
Dejacy de Arruda Abreu Ozerina Victor de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.53219210813	

CAPÍTULO 14	161
DIFICULDADES PARA INOVAÇÃO PEDAGÓGICA EM SALA DE AULA DE DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Adonias Guimarães de Santana Rilva José Pereira Uchôa Cavalcanti José Santos Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.53219210814	
CAPÍTULO 15	174
DISCURSO NA LITERATURA INFANTIL E A CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS	
Aguinaldo da Silva Santos	
DOI 10.22533/at.ed.53219210815	
CAPÍTULO 16	184
DOCÊNCIA NO BRASIL – POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DOCENTE DOS ESTUDOS NA RBEP (1944 A 1946) AOS ATUAIS	
Maria Dulciléa Bezerra Chaves Mirian Souza da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.53219210816	
CAPÍTULO 17	196
EDUCAÇÃO DOMICILIAR: UM DESAFIO PARA O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO	
Natanael Pereira da Silva Sônia Regina Basili Amoroso	
DOI 10.22533/at.ed.53219210817	
CAPÍTULO 18	209
EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Juliana Maria Queizi	
DOI 10.22533/at.ed.53219210818	
CAPÍTULO 19	218
EMPREENDEDORISMO INTERDISCIPLINAR: DA ACADEMIA AO MUNDO PROJETOS DE ENSINO E EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	
Gilson Luiz Rodrigues Souza Tiago Mendes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.53219210819	
CAPÍTULO 20	227
ESTÉTICAS TECNOLÓGICAS, PERCEPÇÕES SENSÍVEIS E ARTE: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO	
Aliana França Camargo Costa Ana Lara Casagrande	
DOI 10.22533/at.ed.53219210820	
CAPÍTULO 21	236
ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES ADOLESCENTES	
Lisliê Lopes Vidal Edna Rosa Correia Neves	
DOI 10.22533/at.ed.53219210821	

CAPÍTULO 22	251
ESTRATÉGIAS LEITORAS EM AMBIENTES DIGITAIS	
Luíza Selis Santos Santana	
DOI 10.22533/at.ed.53219210822	
CAPÍTULO 23	263
EXPERIÊNCIAS TRANSFORMADORAS SOBRE CONSCIÊNCIA, EDUCAÇÃO E TRANSDISCIPLINARIDADE A PARTIR DA INTERVENÇÃO DA EDUCADORA MARIBEL BARRETO	
Juliana Costa	
DOI 10.22533/at.ed.53219210823	
CAPÍTULO 24	275
FORMAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: BREVE RECORTE TEÓRICO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS	
Heliasmyne Asthiliem Nascimento de Almeida	
Edir Vilmar Henig	
DOI 10.22533/at.ed.53219210824	
CAPÍTULO 25	287
FORMAÇÃO DOCENTE E O USO DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS EM SALA DE AULA: DESAFIOS A SEREM SUPERADOS	
Luciene de Moraes Rosa	
Luciana Akeme Sawasaki Manzano Deluci	
Marly Augusta Lopes de Magalhães	
Elídia Paula Cristino Bernardes Silva	
DOI 10.22533/at.ed.53219210825	
CAPÍTULO 26	296
IMPORTÂNCIA DA ARTE E DE RECURSOS AUDIOVISUAIS NO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM	
Adrielly Ferreira Silva	
Augusto Monteiro Souza	
Rivete Silva Lima	
Nadja Larice Simão Lacerda	
DOI 10.22533/at.ed.53219210826	
CAPÍTULO 27	309
INDICADORES DE QUALIDADE NA TRAJETÓRIA DO CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL: A IDENTIDADE PROFISSIONAL EM QUESTÃO	
Josimar de Aparecido Vieira	
Marilandi Maria Mascarello Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.53219210827	
CAPÍTULO 28	326
INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO: DO REDUCIONISMO À MUDANÇA EPISTEMOLÓGICA	
Ana Cristina Souza dos Santos	
Akiko Santos	
DOI 10.22533/at.ed.53219210828	

CAPÍTULO 29	338
INTEGRAÇÃO DAS TECNOLOGIAS E MÍDIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO: A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PEDAGOGOS À LUZ DO PENSAMENTO COMPLEXO	
Marilete Terezinha Marqueti de Araujo	
Taís Wojciechowski Santos	
Ricardo Antunes de Sá	
DOI 10.22533/at.ed.53219210829	
CAPÍTULO 30	349
INTRODUZINDO O DESIGN DE INTERAÇÃO NO CURSO DE EDITORAÇÃO: CRIATIVIDADE NA CONCEPÇÃO DE PRODUTOS DIGITAIS DE ÚLTIMA GERAÇÃO	
Maria Laura Martinez	
DOI 10.22533/at.ed.53219210830	
SOBRE OS ORGANIZADORES	362
ÍNDICE REMISSIVO	363

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO – UMA TRAMA EM PERMANENTE CONSTRUÇÃO

Luciana Cordeiro Limeira

Universidade Católica de Brasília (UCB)

Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação
e Desenvolvimento (CeIED)

Secretaria de Estado de Educação do Distrito
Federal (SEEDF)

Brasília – Distrito Federal

RESUMO: A avaliação institucional se faz cada vez mais presente no cotidiano escolar, resultante de ações propostas pelas políticas públicas educacionais, em Brasília. Essa modalidade de avaliação destina-se à autoanálise de instituições, como por exemplo a escola e o sistema educacional, suas políticas e projetos, focalizando em seus processos, sujeitos envolvidos, recursos disponíveis e resultados observados. Dessa forma, a avaliação institucional agrega tanto a avaliação interna, constituída pela avaliação de aprendizagem e avaliação escolar, quanto a externa ou em larga escala, proposta em âmbito estadual ou nacional. Atualmente, as políticas públicas de educação são desenhadas a partir dos dados levantados pelas avaliações externas, considerando o desempenho apresentado pelos estudantes. No entanto, há pouca clareza por parte dos atores internos, dos sujeitos atuantes nas escolas, sobre a utilização desses dados na dinâmica escolar. O artigo em

tela resulta de um recorte teórico-metodológico da dissertação de mestrado desenvolvida pela autora e apresentado no VII Seminário Regional de Política e Administração da Educação do Nordeste - 2012, promovido pela Associação Nacional de Política e Administração da Educação-ANPAE. Tem como objetivo apresentar o esboço da pesquisa realizada e algumas das constatações observadas nas conclusões do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: avaliação institucional, projeto político-pedagógico, políticas públicas.

INSTITUTIONAL EVALUATION AND POLITICAL-PEDAGOGICAL PROJECT- A INTERLACING IN PERMANENT CONSTRUCTION

ABSTRACT: Institutional evaluation is increasingly present in school daily life, resulting from actions proposed by public educational policies in Brasilia. This modality of evaluation is aimed at the self-analysis of institutions, such as the school and the educational system, its policies and projects, focusing on its processes, subjects involved, available resources and observed results. Thus, the institutional evaluation aggregates both the internal evaluation, constituted by the evaluation of learning and school evaluation, and the external or large-

scale evaluation, proposed at the state or national level. Currently, the public education policies are drawn from the data collected by the external evaluations, considering the performance presented by the students. However, there is little clarity on the part of the internal actors, of the subjects acting in the schools, on the use of these data in the school dynamics. This article results from a theoretical-methodological clipping of the master's dissertation developed by the author and presented at the VII Regional Seminar on Education Policy and Administration of the Northeast - 2012, promoted by the National Association of Education Policy and Administration (Associação Nacional de Política e Administração da Educação - ANPAE). This article aims to present the outline of the research carried out and some of the findings observed in the conclusion of the study.

KEYWORDS: institutional evaluation, political-pedagogical project, public policies.

1 | INTRODUÇÃO

A avaliação é um tema que se destaca cada vez mais nas políticas públicas de educação como parte de um conjunto de ações destinadas a melhorar a qualidade do ensino público ofertado em todo o país. Seguindo essa tendência, diferentes gestores públicos do Distrito Federal têm implementado como políticas públicas de educação a aplicação de avaliações externas, em âmbito distrital, estimulando, concomitantemente, a avaliação institucional nas escolas.

Nos processos democráticos de gestão escolar, os momentos de avaliação e reflexão das ações desenvolvidas pelas Equipes Gestoras, seu corpo docente e de funcionários e, também, da comunidade atendida devem fazer parte da rotina escolar. Por meio de uma ampla reflexão sobre o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e sua funcionalidade, considerando fragilidades, potencialidades e necessidades, a prática da Avaliação Institucional já deveria ser uma realidade vivenciada em seu cotidiano. No entanto, este fato ainda não se verifica nas escolas como uma prática contínua, uma ação espontânea, independente do estabelecimento de datas em calendário escolar.

O que se observa é que os resultados obtidos nessas avaliações, quando documentados através de relatórios e discutidos pelas equipes que compõem as escolas, dificilmente são divulgados ou geram ações relacionadas às suas constatações. Isto frustra as expectativas e percepções que os envolvidos no processo têm dessas avaliações e de seus objetivos assim como da escola e de suas funções.

Tendo em vista que a própria dinâmica do PPP requer que as ações previstas para a escola sejam revistas, refletidas e redefinidas, algumas questões de grande relevância direcionaram o estudo em tela: 1) Qual o lugar que a avaliação institucional ocupa no projeto político-pedagógico da escola? 2) O que a escola (gestores, professores, funcionários, alunos e pais) sabe sobre avaliação institucional (interna e

externa)? 3) Como a escola emprega sua autonomia na análise e utilização dos dados já existentes dessas avaliações para buscar soluções aos desafios apresentados? 4) De que forma a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) monitora as ações desenvolvidas pelas escolas, a partir dos dados levantados pelas avaliações externas, de modo a oferecer o suporte técnico-pedagógico para melhoria do desempenho?

Diante dessas questões foram formulados os objetivos da pesquisa. Como objetivo geral buscou-se analisar de que forma a avaliação institucional (interna e externa), como parte de uma política pública educacional de gestão de desempenho, está presente no cotidiano escolar e como se dá a utilização de seus resultados/dados na permanente construção e condução do Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas pesquisadas. Como objetivos específicos intentou-se: a) analisar como a avaliação institucional está presente no cotidiano escolar identificando seus instrumentos, formas de divulgação dos resultados e utilização de seus dados na permanente construção do PPP; b) identificar o modelo de monitoramento desenvolvido pela SEEDF, nas escolas, no sentido de orientá-las a fazer uso dos dados fornecidos pelas avaliações institucionais; c) identificar o que os representantes do conselho escolar sabem sobre a avaliação institucional e o projeto político-pedagógico de sua escola.

Diante do desafio de alcançar os objetivos propostos para atingir o objetivo central desse trabalho, era necessário recorrer a uma literatura condizente com o tema, atualizada e pertinente aos aspectos qualitativos que uma avaliação institucional precisa comportar.

2 | REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Avaliação em questão

A avaliação escolar, para Méndez (2007), Esteban (2003), Fernandes (2003), Hoffman (2001), constitui-se do ato de conhecer, averiguar o que os alunos já sabem, o que aprenderam e o que ainda falta conhecer sobre determinado conhecimento. Essa ação caracteriza-se por um processo formativo de avaliação que surge da interação dos sujeitos com o mundo.

Méndez elucida que por meio da avaliação também adquirimos conhecimento. A avaliação deve ser entendida como uma atividade crítica com o fim de promover a aprendizagem tanto do aluno como do professor.

O professor aprende para conhecer e para melhorar a prática docente em sua complexidade, bem como para colaborar na aprendizagem do aluno, conhecendo as dificuldades que deve superar, o modo de resolvê-las e as estratégias que coloca em funcionamento (MÉNDEZ, 2007, p. 14).

O autor também chama a atenção ao fato que a avaliação somente aplicada

ao final de um determinado período ou conteúdo trabalhado limita a oportunidade de aprendizagem do aluno. É no decorrer desse período que os equívocos de aprendizagem podem ser corrigidos e novas aprendizagens vêm a ser construídas.

A avaliação é o instrumento adequado para orientar o professor na correção desses desvios. Quando somente aplicada ao final de períodos, muitas vezes longos de um para o outro, chega tarde demais e passa a ter características classificatórias, dado o sentido que esta tem de qualificar o que os alunos apresentaram.

Fernandes (2003) recorre a Bourdieu para explicar, através do conceito de *habitus*, essa prática avaliativa frequentemente utilizada pelos professores

O *habitus* incorporado pelos professores traz em si, ainda, um modelo tradicional de uma pedagogia fundamentada no acerto e erro, na aprovação ou na reprovação, portanto num conceito de avaliação que se norteia por valorizar aquilo que não se aprendeu ainda e não o que já foi aprendido pelos alunos (FERNANDES, 2003, p. 95).

Tais práticas avaliativas reproduzem o modo de pensar e de agir da escola como um todo. Para que as mudanças nos processos avaliativos venham a ocorrer é preciso mobilizar professores e gestores a repensar suas práticas, a estrutura organizacional da escola e do trabalho pedagógico que esta desenvolve. É preciso mudar o foco do que não se sabe para o que já foi aprendido, do que é feito pelo professor e o que precisa mudar para que se aprenda melhor.

A concepção do ato de avaliar vai além do ato de mensurar o conhecimento adquirido pelos alunos. Para Esteban (2003), tal processo envolve também a ação desenvolvida pelo professor para que a aprendizagem se dê. A avaliação deve ser concebida “como prática de investigação” sem dar prioridade ao resultado ou ao processo (ESTEBAN, 2003, p. 90).

A avaliação deve abrir o leque para as muitas possibilidades existentes na construção do conhecimento. O erro deve denotar um dos caminhos traçados pelo aluno para o alcance dos resultados esperados e não, como uma incapacidade de resolução.

De um modo mais amplo, sem o intuito de culpabilizar o professor pelos maus resultados encontrados, a avaliação deve questionar qual a relação existente entre ensino oferecido e a aprendizagem verificada. Esta deve constituir-se de uma reflexão contínua promovida pela interação dos sujeitos nos mais diversos espaços onde convivem.

Hoffmann (2001) esclarece que nesse processo os sujeitos exercem influência uns sobre os outros pelo modo de pensar, analisar e julgar seus atos em relação a si e aos outros. Reforça também o papel da avaliação como o ato de repensar as práticas pedagógicas a partir das informações por ela apresentadas e por manter um constante diálogo entre as “intervenções dos docentes e dos educandos” (HOFFMANN, 2001, p. 9).

A diversificação dos instrumentos avaliativos tem uma função estratégica na

coleta de um maior número e variedade de informações sobre o trabalho docente e os percursos de aprendizagens. (...) Desta maneira, restringir a avaliação ao produto e a um instrumento é desperdiçar uma diversidade, no mínimo, de informações do processo que são úteis ao entendimento do fenômeno educativo e à tomada de decisão para as mudanças necessárias (HOFFMANN, 2001, p. 14).

Tal diversidade avaliativa vem atender às várias formas de se analisar a educação em seus processos, sejam eles amplos ou restritos como a avaliação de aprendizagem, de currículo, de projetos e programas. Assim, a avaliação educacional diferencia-se da institucional pelos processos e finalidades a que servem.

[Avaliação educacional] refere-se à avaliação da aprendizagem ou do desempenho de alunos (ou de profissionais) e à avaliação de currículos, concentrando-se no processo de ensino-aprendizagem e nos fatores que interferem em seu desenvolvimento. Já a avaliação institucional, por sua vez, destina-se à avaliação de instituições (como a escola e o sistema educacional), políticas e projetos, tendo atenção centralizada em processos, relações, decisões e resultados das ações de uma instituição ou do sistema educacional como um todo. Nesse sentido, para ser completa, a avaliação institucional contempla e incorpora os resultados da avaliação educacional (FERNANDES; BELLONI, 2001, p.20 *apud* MORAES; SILVA, sd., p. 2).

A avaliação da aprendizagem é voltada para o acompanhamento do desenvolvimento global dos estudantes, com caráter fundamentalmente formativo, considerando-se os diversos aspectos da aprendizagem (cognitivo, social, afetivo, psicomotor, entre outros) num contexto de permanente transformação social.

Já a avaliação institucional, que também apresenta caráter formativo, “*está voltada para compreender a escola ou o sistema educacional como espaço vivo, integrado por sujeitos ativos e participantes, na busca de transformação de si próprios e da sociedade*” (RIO DE JANEIRO, 2011, p.13).

Dessa forma, os processos avaliativos presentes nas escolas constituem uma complexa ação dos docentes. Envolvem, ao mesmo tempo, as aprendizagens dos alunos, assim como os processos de ensino necessários para que elas se desenvolvam. Ao compreender diferentes atores nesses processos, a avaliação envolve também uma diversidade de interesses, concepções e valores que orientam e, muitas vezes, criam empecilhos na sua aplicação.

A avaliação constitui-se na cotidianidade da prática docente e garante que a aprendizagem se efetive. Ela não está como muitos pensam, para dar fim como resultado da aprendizagem, selecionando e classificando os mais aptos dos menos capazes.

Para Freitas (2009), os professores não podem ignorar a existência de um projeto político-pedagógico da escola que orienta os caminhos e o que se deseja alcançar no trabalho coletivo da escola. O autor esclarece ainda que

As escolas não devem se opor à avaliação de seu trabalho. Cabe-lhes aceitar a prestação pública de contas daquilo que fazem em área tão importante para a sociedade. Os pactos de qualidade que firmam internamente devem produzir resultados que se tornem visíveis externamente e que permitam algum controle

Quando os processos avaliativos então se ampliam para o ato de ensinar, para as ações desenvolvidas pela escola no intuito de atender a uma comunidade que busca uma educação de qualidade e, também do sistema como está gerindo tais escolas, os professores passam a ser objeto de avaliação. Surgem, então, as resistências. Sordi e Lüdke (2009) trazem uma importante contribuição acerca desse assunto.

A avaliação vem ganhando centralidade na cena política e os espaços de sua interferência têm sido ampliados de modo marcante, ultrapassando o âmbito da aprendizagem dos alunos. Por tratar-se de campo fortemente atravessado por interesses, diante dos quais posturas ingênuas não podem ser aceitas, compete aos profissionais da educação desenvolverem alguma *expertise* para lidar com a avaliação (p. 316).

Esclarecem ainda que constitui um grande desafio para o trabalho dos professores vivenciar diferentes formas de avaliação dos alunos e do seu próprio trabalho desenvolvendo uma relação mais madura, inclusive com os que são designados a fazê-lo com os professores.

As autoras também ressaltam que os professores, quando se veem surpreendidos por políticas públicas que usam a avaliação como recurso de gestão, reagem aos dados, ou se recusando a participar ativamente do processo, ou culpabilizando terceiros, passando a estes a responsabilidade quanto aos maus resultados. Desperdiçam a possibilidade de pensar em ações que superem os problemas detectados. As mudanças, nesse sentido, vêm carregadas de resistências.

2.2 A avaliação institucional

A avaliação institucional constitui um processo permanente por sua característica pedagógica e participativa e que vem a constituir uma cultura de avaliação nas instituições (BALZAN; SOBRINHO, 2000).

Muito além das práticas avaliativas pontuais e fragmentadas, a avaliação institucional consiste num empreendimento sistemático que busca a compreensão global da Universidade, pelo reconhecimento e pela integração de suas diversas dimensões (BALZAN; SOBRINHO, 2000, p. 9).

A avaliação institucional, diferentemente da avaliação individual das aprendizagens dos estudantes, apresenta uma amplitude bem maior porque busca compreender como se processam as relações e as estruturas que compõem a instituição escolar.

A avaliação institucional não é instrumento de medida de atividades de indivíduos isolados, nem de trabalhos descolados de seus meios de produção; não é mecanismo para exposição pública de fragilidades ou ineficiência de profissionais individualizados. A avaliação institucional deve ser promovida como um processo de caráter essencialmente pedagógico (SOBRINHO, 2000, p.61).

As políticas públicas de educação no Brasil, impulsionadas pelos programas

financiados por organismos internacionais que definem diretrizes para políticas e programas em vários países do mundo, têm adotando tais processos de avaliação e sendo estimuladas a desenvolver a prática da avaliação institucional.

A agenda traçada pelo Banco Mundial, por exemplo, inclui, dentre outras diretrizes, a busca do uso mais racional dos recursos, estipulando que um fator primordial para isso seria a autonomia das instituições educacionais; recomenda que se dê especial atenção aos resultados, enfatizando a necessidade de que se implementem sistemas de avaliação; reforça a ideia de busca da eficiência e maior articulação entre os setores públicos e privados, tendo em vista ampliar a oferta em educação (MARINHO, s/d, p. 56).

Seguindo essa tendência e em conformidade com as orientações dadas por esses programas, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (IDEB) – Decreto 6.069/07. Seu objetivo é verificar o cumprimento das metas estabelecidas no Termo de Adesão ao Compromisso Todos pela Educação, cujo um dos eixos é o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação – MEC (INEP-MEC).

Com a implementação dessas políticas, a avaliação institucional passou a fazer parte do cotidiano escolar. Ao mobilizar cada vez mais esforços de professores e gestores em apresentar melhores resultados, tem como um dos objetivos proporcionar à sociedade um diagnóstico da educação brasileira e, a partir dele, buscar melhorias e oferecer uma educação de qualidade.

(...) a avaliação institucional baseia-se em um processo que leva a instituição a se conhecer com profundidade revelando causas e apontando indicadores que norteiam o trabalho pedagógico. Para o autor, “a avaliação é um mecanismo que acompanha a implantação e viabiliza a correção dos rumos de um certo modelo de escola, de um certo projeto político-pedagógico”. E complementa que é impossível gerenciar uma instituição séria como é a escola, que deve primar pela qualidade, competência, justiça e responsabilidade, sem, contudo, ter em mãos “um conjunto de informações” precisas e fidedignas, que subsidiem as tomadas de decisão, não só do gestor mais de toda comunidade educativa (BARRETO, 2009, p.34, apud GADOTTI, 2000).

A avaliação institucional deve servir como um espaço privilegiado para a localização e reconhecimento de problemas, reflexão e busca de soluções (FREITAS, 2009). Adverte, no entanto, que a escola não deve deixar de buscar do poder público o cumprimento de suas responsabilidades.

Assim, pensar em avaliação institucional implica repensar o significado da participação dos diferentes atores na vida e no destino das escolas. Implica recuperar a dimensão coletiva do projeto político-pedagógico e, responsabilmente, refletir sobre suas potencialidades, vulnerabilidades e repercussões em nível de sala de aula, junto aos estudantes (FREITAS, 2009, p. 35).

Conforme o autor, a escola precisa rever suas práticas avaliativas no intuito de não hierarquizar os conhecimentos trabalhados nem segregar os alunos pelos resultados que alcançam. Há que se rever como produtora de conhecimentos e em consequência, suas práticas também precisam ser avaliadas.

Nesse sentido, a aprendizagem da avaliação institucional inclui o saber

posicionar-se, fruto de contínuas experiências de participação em momentos coletivos entre todos os envolvidos no processo de ensino: professores, gestores, funcionários, estudantes e comunidade escolar. Também, da possibilidade de adesão e efetiva participação dos professores numa análise mais aprofundada sobre o trabalho da escola, o estabelecimento de metas e o planejamento de ações para a superação de desafios. Para que isto se dê, falta aos professores o necessário conhecimento do PPP de sua escola e o reconhecimento da importância de sua permanente construção e avaliação coletiva.

3 | PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO EM AÇÃO

Entre uma pluralidade de propostas voltadas para a organização e funcionamento da escola pública, (...) situa-se uma proposta nacional, que incentiva a escola a traçar seu próprio caminho educativo, conhecida como “Projeto Político-Pedagógico”. A proposta foi incluída na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, no inciso I do artigo 13 (FONSECA, 2003, p. 306).

Em sua importante contribuição sobre o conceito de Projeto Político-Pedagógico, Veiga (2008) esclarece que este se constitui como a própria organização do trabalho pedagógico da escola. Nela, as noções de qualidade, igualdade, liberdade, gestão democrática, entre outras, são alguns dos princípios que aparecem como ponto de partida para a sua construção.

Ao se constituir em processo democrático, o projeto político-pedagógico preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão (VEIGA, 2008, p.13).

Souza (2002), ao tratar sobre a funcionalidade do PPP, acrescenta que este constitui um instrumento tanto de luta contra a fragmentação do trabalho pedagógico da escola, quanto de fortalecedor de sua autonomia. Quando o Estado delega às instituições de ensino a tarefa de produzir e executar um projeto pedagógico, em conformidade com normas estabelecidas a todo o sistema de ensino, aponta o caminho para a construção da autonomia destas por meio da gestão democrática.

A autonomia das escolas resulta da dinamicidade conferida em seu cotidiano, no estabelecimento de rotinas e de regras próprias criadas para, em comum acordo com as já existentes, dar o devido atendimento e respostas à comunidade que serve. A autonomia existente nas escolas é o diferencial que as faz se organizar e agir de modo próprio, singular e isto passa a ser reconhecido pela sociedade (NEVES, 2008).

A autonomia da escola é, pois, um exercício de democratização de um espaço público: é delegar ao diretor e aos demais agentes pedagógicos a possibilidade

de dar respostas ao cidadão (aluno e responsável) a quem servem, em vez de encaminhá-lo para órgãos centrais distantes onde ele não é conhecido e, muitas vezes, sequer atendido (NEVES, 2008, p.99).

A avaliação institucional, deve ser o instrumento de autoavaliação das escolas para que estas reconduzam os processos educativos que desenvolvem de forma consciente, condizente com seu PPP e em atendimento às demandas de sua comunidade escolar. Por melhor que seja uma avaliação, se ela não for validada, sentida e vivida, pelos profissionais envolvidos poderá ser prejudicial ao processo como um todo.

4 | METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa realizada foi direcionada pela metodologia da pesquisa qualitativa, que por se tratar de um método de analisar e interpretar fenômenos sociais, caracteriza-se por descrever o comportamento humano em toda a sua complexidade. Dessa forma proporciona uma análise mais detalhada sobre os fenômenos estudados constituídos das investigações, atitudes, hábitos cotidianos e tendências comportamentais dos sujeitos e grupos. Sua finalidade é construir uma teoria que explique ou possibilite a compreensão de um fenômeno social em um dado local e momento histórico.

Nessa perspectiva, é necessária uma aproximação do pesquisador através de um contato direto e prolongado com o ambiente ou situação investigada (LÜDKE; ANDRÉ, 1999). Assim, os resultados obtidos estarão relacionados ao perfil do pesquisador que deverá utilizar-se da sensibilidade e intuição para melhor interpretar os dados coletados e as situações observadas, precisa usar de imparcialidade e não interferir nas contribuições dadas pelos entrevistados.

Na pesquisa qualitativa, a coleta de dados é feita a partir de diversos instrumentos, dentre eles, o próprio pesquisador. Os dados resultantes do pesquisador constituem-se em material reproduzido por palavras e descrições onde a subjetividade deste desempenha importante papel para uma análise mais aprofundada em sua investigação. Rey (2005) esclarece que o indivíduo, em sua condição social, caracteriza a subjetividade social como parte de sistemas de relações constituídos a partir de sistemas de significação e sentido subjetivo. O autor também destaca o caráter interativo das relações pesquisador-pesquisado em pesquisa qualitativa, como dimensão essencial na produção de conhecimentos no estudo dos fenômenos humanos.

A partir da entrevista com membros dos conselhos escolares, da observação das coordenações coletivas e da análise do Projeto Político-Pedagógico das escolas selecionadas foi possível a realização de um trabalho de Pesquisa Qualitativa do tipo Etnográfica.

Por ser baseada na observação *in loco*, visando à interpretação de aspectos

subjetivos de uma dada realidade social, a pesquisa etnográfica traz contribuições importantes para a pesquisa e estudo de temas referentes à diversidade social. A utilização de técnicas e procedimentos não segue padrões rígidos e definidos, o senso do pesquisador, guiado pelo contexto social da pesquisa dá a direção do trabalho.

Para Gaskell (2000), somando-se à observação, o uso da entrevista, em pesquisa qualitativa, tem como objetivo mapear e compreender assuntos referentes à vida dos respondentes possibilitando aos pesquisadores a introdução de esquemas interpretativos promovendo, de forma mais abstrata, a compreensão das narrativas em torno de conceitos.

Assim, com a pesquisa qualitativa do tipo etnográfica, pode-se, além do levantamento, análise e comparação de dados, evidenciar as impressões quanto à valorização dos conhecimentos do grupo e da construção de novos conhecimentos necessários ao alcance dos objetivos propostos para as instituições pesquisadas.

5 | O LOCUS DE APLICAÇÃO DA PESQUISA

A seleção de escolas para a realização da pesquisa partiu da análise dos resultados apresentados pelas avaliações externas, diagnosticadas pelo MEC/INEP que constituem o IDEB dos anos 2009, 2007 e 2005. Como critério de análise, buscou-se as escolas com maior crescimento nos índices, em relação a si próprias nos dados da medição anterior. Foram selecionadas duas escolas com características semelhantes quanto ao crescimento no índice, mas que se diferenciam quanto à estrutura física e de funcionamento componentes de uma mesma Coordenação Regional de Ensino (CRE) em Brasília.

A escola 1 obteve o maior crescimento no índice em relação a si própria e em relação às demais escolas da CRE que está vinculada. No entanto, a pontuação obtida não representa as maiores pontuações do DF. A escola 2, seguindo esse critério, também apresentou um grande desempenho em relação a si própria, assemelhando-se a algumas escolas do DF na pontuação obtida, conforme mostram as tabelas abaixo:

IDEB OBSERVADO			METAS PROJETADAS		
2005	2007	2009	2007	2009	2011
5,0	4,5	6,2	5,0	5,3	5,7

Quadro 1 - Escola 1

<http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/> acesso em 16/04/2011

IDEB OBSERVADO	METAS PROJETADAS
----------------	------------------

2005	2007	2009	2007	2009	2011
4,5	4,7	6,3	4,6	4,9	5,3

Quadro 2 - Escola 2

<http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/> acesso em 16/04/2011

Buscou-se, assim, identificar em que essas escolas se assemelham e em que se diferenciam em sua relação com as avaliações institucionais e a permanente construção e condução de seu PPP. Para isto, o trabalho de levantamento de dados foi realizado no 2º semestre de 2011, ano previsto para a realização de nova avaliação externa.

6 | CONCLUSÕES DA PESQUISA

Após análise dos dados levantados no projeto político-pedagógico das escolas, nas observações das coordenações coletivas e das entrevistas realizadas com os membros dos conselhos escolares, constatou-se que ainda há um grande desconhecimento por parte dos atores envolvidos no trabalho escolar em relação às avaliações institucionais tanto internas quanto externas. Nesse contexto, verificou-se que as escolas pouco se remetem às avaliações externas quando buscam autoavaliar-se.

- A avaliação externa é mencionada quando a escola precisa se autoafirmar diante de alguma situação externa, por exemplo, o reconhecimento público pelo trabalho que desenvolve, procura por vagas na escola pela comunidade, ações do governo como a devolução de supervisores pedagógicos e administrativos cujas justificativas se caracterizam por ser motivos econômicos, de redução de gastos públicos.
- A avaliação interna, conforme orientada pelas políticas públicas, ainda está distante da prática cotidiana de autoavaliação escolar:
 - Demanda muito tempo de preparação, aplicação e retorno aos diversos segmentos;
 - É pouco considerada dentro das diversas tarefas que a escola tem que realizar.
 - As coordenações coletivas são usadas para diversos encaminhamentos já conhecidos e realizados pela escola:
 - Os pontos discutidos estão, na maioria das vezes, relacionados às práticas corriqueiras (festas, reuniões de pais, alunos com problemas, dificuldades encontradas no trabalho);
 - Nem sempre os assuntos abordados em reunião, seus apontamentos, são feitos da mesma forma de quando em pequenos grupos ou em conversas informais;
 - Nas falas dos atores internos das escolas, a responsabilidade pelos pro-

blemas apresentados ou discutidos, pouco aparecem relacionadas à prática dos professores ou gestores.

- A demanda de trabalho nas escolas (gestores, supervisores, coordenadores e professores) sobrecarrega a equipe gestora quando esta é chamada a fazer algo além do previsto em seu dia a dia:
 - Reuniões imprevistas;
 - Envio de documentos solicitados com prazo curto para entrega (muitas vezes com informações já enviadas para outros setores como as Coordenações Regionais de Ensino (CRE) e setores centrais como a própria SEEDF). Isto ocorre pela falta de um sistema que forneça esses dados, já existentes, de um setor para outro;
 - Constante substituição de professores;
 - Atendimentos aos pais (emergenciais ou agendados) – muitos pais se omitem da responsabilidade que têm em relação aos estudos dos filhos;
 - Condução e resolução de ações em relação ao Conselho Escolar (convocação para reuniões, deliberações, produção de documentos, validação e envio aos setores responsáveis):
 - Há a omissão dos responsáveis pelos estudantes em participar do Conselho Escolar ou da Associação de Pais e Mestres (APM) pela necessidade destes estarem mais presentes na escola. No caso das escolas observadas, os responsáveis pelos estudantes e presidentes do conselho escolar são chamados à escola para a assinatura de documentos e atualização de informações sobre uso de verbas para compras e outras decisões importantes. Apesar de um desses pais estar mais frequentemente na escola, sua participação ocorre por solicitação de algum segmento ou a pedido da direção.
- A avaliação institucional ainda está no patamar das tarefas burocráticas que a escola tem que, obrigatoriamente, realizar:
 - Ainda está distante da prática prevista e estabelecida pelas políticas públicas;
 - A avaliação cotidiana do trabalho desenvolvido no ambiente escolar ainda não é vista como parte importante da avaliação institucional.
- As demandas interna e externa das escolas não permitem que as equipes responsáveis conduzam adequadamente os momentos de estudo e formação continuada nos horários de coordenação coletiva ou em grupos:
 - Mesmo quando os materiais de orientação para estudos chegam, via email ou malote de documentos, emitidos pela CRE ou SEEDF, falta tempo hábil para analisá-los e utilizá-los nos estudos semanais;
 - Existem assuntos sempre pendentes que ocupam um longo tempo das coordenações coletivas.
- A escola não se remete, em seu cotidiano, aos dados obtidos nas Avaliações Institucionais para a reformulação de seu PPP:
 - A construção do PPP é do tipo regulatória, onde é produzida sem a efe-

tiva participação dos vários segmentos que compõem a escola. O PPP lhes é apresentado, depois de pronto, para apreciação e possíveis complementações, alterações e então, ser validado por todos.

- A avaliação institucional na Educação Básica consta na política pública educacional do DF, a partir de datas previstas em calendário escolar e orientada pelo Estado a partir de documentos emitidos. No entanto, não é identificada ou associada por grande parte dos integrantes das escolas quando, em momentos diversos, se autoavaliam e se analisam fora desses dias previstos:
 - As escolas não são tão obedientes às ações previstas em calendário escolar, definido pela SEEDF. Suas ações e decisões são orientadas, muitas vezes, por demandas próprias, concernentes ao PPP e ao próprio movimento da escola.
- O perfil dos gestores se diferencia em concepções e na forma de condução e direcionamento do grupo de funcionários e professores, bem como do nível de confiança das famílias em relação às escolas. Verifica-se então que performances diferentes de gestão podem alcançar resultados semelhantes, em se tratando do Mesmo pelo fato de ambas terem sido eleitas democraticamente, a escola, em sua estrutura e funcionamento ainda está muito distante de sê-lo.

Importante se faz aqui destacar que a constante prática da avaliação externa nas escolas, avaliações em larga escala, e sua publicização chamam a atenção de toda a sociedade para o baixo desempenho dos estudantes, verificado em anos de medição. Acabam assim por desviar a atenção de todos para as deficiências das políticas educacionais vigentes e o baixo investimento público nas estruturas escolares, na formação docente (inicial e continuada) e a necessidade de ampliação do tempo de permanência dos estudantes nas escolas com qualidade nos serviços prestados.

REFERÊNCIAS

BALZAN, Newton Cesar; SOBRINHO, José Dias (Orgs.). **Avaliação Institucional: teorias e experiências**. São Paulo: Cortez, 2000.

ESTEBAN, Maria Teresa. Pedagogia de projetos: entrelaçando o ensinar, o aprender e o avaliar à democratização do cotidiano escolar. *In*: SILVA, Janssen Felipe; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria Teresa. **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira. Avaliação escolar: diálogo com professores. *In*: SILVA, Janssen Felipe; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria Teresa. **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

FONSECA, Marília. O projeto político-pedagógico e o plano de desenvolvimento da escola: duas concepções antagônicas de gestão escolar. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 302-318, dezembro 2003. Disponível em www.cedes.unicamp.br. Acesso em 13/03/2011.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

GASKELL, George. *Entrevistas individuais e grupais*. In BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

IDEB – Resultados e Metas. Disponível em: <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 16/04/2011.

INEP – MEC. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): Metas intermediárias para a sua trajetória no Brasil, Estados, Municípios e Escolas. Disponível em www.inep.gov.br/salas/download/ideb/ideb_Projecoes.pdf. Acesso em: 13/03/2010

LÜDKE, M.; ANDRÉ, E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1999.

MARINHO, Railma Aparecida Cardoso. **Políticas públicas de avaliação: a avaliação externa e a realidade educacional da microrregião de Januária – MG**. http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=597 em 21/03/2011. Dissertação de Mestrado

MÉNDEZ, Juan Manuel Álvares. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MORAES, Sandro Ricardo Coelho; SILVA, Itamar Mendes. **Escola básica e auto-avaliação institucional: possíveis conquistas, novos desafios**. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/.../GT05-5255--Res.pdf. Acesso em: 22/03/2011.

NEVES, Carmen Moreira de Castro. Autonomia da escola pública: um enfoque operacional. In VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola – Uma construção possível**. Campinas, SP: Papirus, 2008.

REY, Fernando L. G. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Thomson Learning, 2005.

RIO DE JANEIRO. GERJ – SEE. *Formação Continuada para Coordenadores Pedagógicos*. Módulo I (Coordenadores Pedagógicos e a construção de uma escola pública de qualidade). Disponível em: www.ccmn.ufrj.br/extensao/cursoFormacao/modulol.pdf. Acesso em: 23 março de 2011.

SOBRINHO, José Dias. Avaliação institucional, instrumento de qualidade educativa: a experiência da Unicamp. In BALZAN, Newton Cesar; SOBRINHO, José Dias (Orgs.). **Avaliação Institucional: teorias e experiências**. São Paulo: Cortez, 2000.

SORDI, Maria Regina Lemes; LÜDKE, Menga. Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v.14, n.2, p.313-336, jul.2009. <http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n2/a05v14n2.pdf>

SOUZA, Rinaldo Alves de. **O projeto político-pedagógico como instrumento impulsionador da gestão democrática**. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2002. (Dissertação de Mestrado)

VEIGA, Ilma Passos A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola – Uma construção possível**. Campinas, SP: Papirus, 2008.

SOBRE OS ORGANIZADORES

KEYLA CHRISTINA ALMEIDA PORTELA - Secretária Executiva formada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Licenciada em Língua Inglesa e Espanhola pelo Centro Universitário de Varzea Grande – UNIVAG. Especialista em Linguística Aplicada pela Unioeste, Especialista em Gestão de Processos e qualidade pela Uninter, Especialista em Recursos Humanos pela Uninter, Especialista em Gestão de projetos pela Uninter, Especialista em Gestão e Docência em Ead pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Especialista em Didática do Ensino Superior pela Unipar, Especialista em Formação de professores pela UTFPR. Especialista em MBS – Master Business Secretaries pela Uninter. Mestre em Educação pela Universidade de Lisboa e Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCSP). Desenvolve trabalhos nas áreas de educação, ensino e gestão. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: keylaportela@bol.com.br

ALEXANDRE JOSÉ SCHUMACHER – Secretário Executivo formado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; Bacharel em Administração de Empresas com Habilitação Administração Hospitalar; Tecnólogo em Comércio Exterior; Doutor com menção internacional em Economia e Direção de Empresas; Tese resultante do processo de doutoramento foi premiado internacionalmente no prêmio “Adalberto Viesca Sada” pela Universidade de Monterrey no México no ano de 2015; possui Mestrado em Administração de Empresas; Especializações Lato Sensu em: Comércio Exterior para Empresas de Pequeno Porte; Docência no Ensino Superior; Administração e Marketing; MBA em Planejamento e Gestão Estratégica; MBA em Administração e Gerência de Cidades; Gestão Escolar; Administração em Agronegócios.. Já atuou como consultor em grupos empresariais em setores específicos; realiza palestras em conferências em temas específicos relacionados a sua área de formação e de desenvolvimento de pesquisas. É Pesquisador de temáticas relacionadas com as empresas familiares e suas dinâmicas. É Practitioner em PNL e Hipnose Moderna. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: alexandre.jose.schumacher@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise do Discurso 174, 175, 182

Avaliação contínua 37, 42

Avaliação da Educação Básica 49, 51, 52, 58, 59, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 191, 258, 262

Avaliação institucional 47, 73

B

Bases Tecnológicas 14

C

Cidadania Planetária 98, 99

Conectivismo 86, 87, 89, 93, 94, 95, 96, 97

Construcionismo 86, 87, 88, 89, 91, 93, 96

Currículo Escolar 137

D

Debate Paradigmático 115, 116

Desenvolvimento profissional 149, 153, 155, 160

E

Educação de Jovens e Adultos 14, 107, 209, 210, 214, 217

Educação Domiciliar 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207

Educação Profissional e Tecnológica 105, 106, 109, 113, 114, 362

Estado neoliberal 49, 57

Estratégias de ensino-aprendizagem 105

F

Formação continuada 114, 338, 343

Formação de professores 13, 36, 135, 149, 362

Formação omnilateral 105

G

Graduação presencial 37

I

Identidade Cultural Negra 137

Informática Educativa (IE) 86
Informática na Educação 1, 13, 87
Inovação Pedagógica 161, 167
Instrucionismo 86, 87, 88, 89
Internet das Coisas 14, 15, 17, 18, 21, 23, 24

L

Literatura infantil 174

M

Meritocracia 49, 58

P

Paulo Freire 17, 93, 119, 123, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 146, 148, 210, 220, 234, 307, 324, 330
Pensamento Complexo 329, 338, 339, 340, 341, 342, 346, 347
Perfil Computacional 1
Performatividade 149
Políticas públicas de avaliação 49, 73
Prática docente 25
Projeto de Vida 98, 101, 102
Projeto político-pedagógico 73

R

Regulação social 149
Resignificações 149

S

Saúde Comunitária 98, 102, 104
Saúde Ecológica 98, 101, 102, 103, 104
Socialização 199

T

Tecnologias e Mídias digitais 338, 343, 347
Transdisciplinaridade 263, 267, 272, 274, 326, 327, 329, 332, 337, 348

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-553-2



9 788572 475532